

# **O ACERVO DA CÚRIA e as possibilidades de pesquisa nos periódicos *Voz Diocesana* em Campanha/MG: um estudo de caso sobre o ano de 1967**

*Josiane de Paula Nunes*<sup>1</sup>

*Andressa Rodrigues Carvalho*<sup>2</sup>

## **1 VOZ DIOCESANA: DO INÍCIO AOS FINS**

Este capítulo se insere em uma proposta teórico-metodológica da História do Tempo Presente, na qual importantes reflexões epistemológicas contribuíram para um alargamento do uso de fontes para a pesquisa historiográfica sobre as representações políticas presentes em periódicos regionais sobre a história política do Brasil. As representações políticas verbais e visuais em periódicos, os jornais como fonte e objeto de pesquisa e todas as leituras que essas fontes trouxeram para uma maior compreensão dos governos, principalmente durante do regime militar, elucidam vários elementos sobre o papel da imprensa no século XX, nas oposições e acomodações, e na ambiguidade de grupos na defesa de seus interesses.<sup>3</sup>

Partindo da utilização de periódicos e seus editoriais como importantes fontes e objetos para o entendimento da história e dos agentes políticos e sociais no Brasil, buscaremos analisar as possibilidades de pesquisa no periódico católico *Voz Diocesana*, em Campanha, Minas Gerais. Sendo um jornal publicado pela Cúria da diocese durante significativos períodos da história política do Brasil e do contexto internacional de Guerra Fria e polarização ideológica, apontaremos como um jornal publicado pela Igreja, importante agente histórico e político, atuava na comunidade a partir de suas publicações.

Os periódicos diocesanos, no geral, eram propostos pelas dioceses para anunciar e tornar público o dia a dia da paróquia e da vida religiosa da população, celebrações, apresentações da comunidade cristã, batizados, terços etc. Com intensa circulação entre as pastorais, o jornal *Voz Diocesana*, por exemplo, atingia importantes municípios do sul de Minas Gerais. A diocese de Campanha contemplava um total de setenta paróquias, uma Região Pastoral e uma Reitoria Episcopal, formadas por quarenta e nove municípios, e foi criada em 1907, quando se desmembrou de Pouso Alegre.

Dessa forma, como importante elemento para a integração da vida religiosa comunitária, o periódico da diocese era o principal jornal circulante entre as famílias cristãs da região, que, à época, eram maioria, devido à forte influência católica, presente até os dias atuais.

A opinião veiculada circulava em vários grupos sociais com mais intensidade, construía e, muitas vezes, delimitava o entendimento sobre a vida comunitária, e, também, consolidava opiniões e posicionamentos sobre a situação política do Brasil. Embora o periódico não declarasse suas abordagens inseridas no debate político, artigos de opinião estavam presentes em vários editoriais na década de 1960, consolidando representações e discursos sobre a legitimidade democrática e o direcionamento da política econômica do Estado. Enfim, compunham um conjunto de fatores identificados como características gerais da política interna e externa, mas que, veiculados pelos órgãos da imprensa regional católica, seriam mais abrangentes social e politicamente, nesse caso, até os limites da diocese.

Na pesquisa realizada, foi possível identificar vários posicionamentos pontuais e persistentes sobre como deveriam ser os comportamentos da comunidade diante da situação política e das *modernizações* decorrentes dos anos cinquenta, com intensa função normativa.

Fica evidente que, na década de 1960, as preocupações tornaram-se mais intensas, principalmente após o golpe militar, mas, antes disso, as questões sobre o governo soviético já ocupavam importantes espaços nos editoriais do jornal. Entre as questões, pontuava-se a política socialista e as ações dos governos soviéticos. Ainda não aprofundamos nas análises sobre tais artigos, mas nos chama a atenção que eles sempre estavam inseridos na mesma diagramação do opinativo “Ser um bom cristão”.

Nas décadas de 1960 e 1970, os estados autoritários e os golpes civis-militares marcaram a realidade política em alguns países da América do Sul. Nesse período, o Brasil também passou pelo recrudescimento de sua máquina estatal. Em 1964, o forte discurso anticomunista e as estreitas relações entre alguns grupos da sociedade civil com os militares fortaleceram a defesa da intervenção militar na política nacional, como salvaguarda da segurança nacional.

Em março de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade marcou a presença e o apoio de grupos, como a Igreja, jornais da grande imprensa e setores liberais, à intervenção militar imediata e à denúncia da ameaça comunista no Brasil. O apoio irrestrito à intervenção não obteve sequência à medida que o regime se instaurava.

Nos anos de 1960, com a declaração do Concílio do Vaticano II e a II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, os católicos tomam uma nova consciência, se engajam na política e atuam na educação e na mobilização da sociedade pobre. O novo posicionamento gerou, a partir de então, o crescente conflito entre religiosos e militares. A Igreja Católica desencadeia uma série de críticas ao governo ditatorial, que responde com forte repressão, ocasião em que vários padres e sacerdotes atuavam na mobilização e conscientização da sociedade.<sup>4</sup>

Dessa forma, com uma problemática regional, o jornal *Voz Diocesana* não se excluiu dentro desse processo. Abordava as questões em torno do golpe civil-militar e as posteriores ações dos governos com a consolidação do regime, seus decretos, leis, normas, a nova Constituição e as relações estabelecidas com a comunidade católica. Para o jornal em análise, cabe salientar que o município sempre foi marcado pela presença das relações que envolviam a elite rural e a classe média urbana do município com a Igreja. Além disso, muitos dos seus habitantes sempre estiveram envolvidos com a política e a produção cultural brasileira desde a elevação de Campanha como vila, em 1798. Dessa forma, eram principalmente por esses atores que as edições do periódico eram lidas.

Realizado um levantamento inicial, foi possível perceber que artigos opinativos sobre a política interna estavam presentes em vários momentos do jornal *Voz Diocesana*, como nas abordagens sobre o subdesenvolvimento e as questões econômicas. Um artigo de 1971, por exemplo, aborda a diferença entre um país que confunde “oposição” e “subversão”. Fazendo fortes referências às perseguições internas no Brasil, o opinativo chama a atenção da comunidade cristã para a solidariedade com o outro e para as diferenciações entre tais termos.<sup>5</sup>

A normatização social e política aparece em vários artigos que precisam ser analisados mais detidamente. Dessa forma, destacamos a importância dos levantamentos dos periódicos regionais para a história recente da política do Brasil. Além disso, a relevância do jornal, como fonte para a pesquisa historiográfica na História do Tempo Presente, torna evidente para a comunidade acadêmica que arquivos mais recentes são de grande valor para a compreensão da história política através de um viés da história regional, partindo da análise de como eram elaborados os discursos que contribuíam para a consolidação de valores e representações políticas.

Torna-se relevante perceber as representações políticas como o espaço do político, ou seja, um quadro geral de ações e discursos de uma sociedade ou grupo dotado de sentido e, muitas vezes, um espaço de elaboração de regras e conflitos, que envolvem a imprensa, o Estado e outros atores com a política. Nessa perspectiva, o campo e o trabalho com o político envolvem a modalidade de existência de vida

comum; a ação coletiva; o poder da lei e do Estado; processos conflituosos e “vacilantes” entre grupos da sociedade e o Estado (ROSAVALLON, 2005). Dessa forma, analisar as representações constitui matéria estruturante da experiência social. Nesse caso, a partir do jornal *Voz Diocesana*, estruturaram-se as normas e os conceitos que envolviam a manutenção de uma “boa sociedade”, como um grupo cristão coeso e envolvido com os parâmetros e orientações da Igreja, abrindo um amplo e plural campo para a pesquisa acadêmica sobre a História do Tempo Presente no Brasil.

## **2 FILMES E NORMATIZAÇÕES: O ANO DE 1967**

Com uma observação mais detida para o ano de 1967, abordando o cinema e suas peculiaridades na vida cotidiana e religiosa dos leitores da *Voz Diocesana*, analisaremos a coluna do periódico relacionada ao cinema, os filmes exibidos, os artigos relacionados, as representações vinculadas e o uso da cotação moral como recurso para a tentativa de censura moral do jornal em relação aos filmes por ela condenados.

Valim (2012, p. 288) comenta sobre como os filmes transmitem um conteúdo ideológico, intencional ou não e, em geral, da ideologia dominante: “esta exerce todo o seu peso sobre aqueles que realizam e consomem os filmes”. As películas representam a vida cotidiana, os valores de grupos sociais e as atitudes tomadas, situando-se a forma escolhida pelo cineasta. Não se deve esquecer que o cinema é um possível instrumento de legitimação de uma determinada cultura e sociedade.

Deve-se analisar a situação do Brasil em relação à indústria cinematográfica na década de 1960, para se deter ao ano de 1967. Como cita Ridenti (2014, p. 69-85), os anos iniciais da década de 1960 colocaram sob estrelato o movimento chamado Cinema Novo. Esse movimento cinematográfico, influenciado pelo neorrealismo italiano e pela Nouvelle Vague francesa, se iniciou no Rio de Janeiro e se disseminou pelo Brasil, com conteúdo político e ênfase na igualdade social. Seus principais idealizadores foram Glauber Rocha, diretor de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* em 1964, Nelson Pereira dos Santos, diretor e roteirista de *Vidas Secas* em 1963, Leon Hirszman, diretor de *Eles não Usam Black-tie* em 1981 etc.

O jornal *Voz Diocesana* teve sua primeira edição publicada no dia 26 de outubro de 1947, trazendo, em sua apresentação, além das dificuldades de se editar um pequeno jornal, uma preocupação em aproximar o clero da Cúria Diocesana<sup>6</sup> e conservar suas relações com a sede do Bispado. Além disso, ele buscava “instruir, esclarecer, advertir onde necessário e fortalecer na prática do bem a quantos tiverem sede de justiça” (ENGELKE, 1947, p. 1)<sup>7</sup>. O periódico tratava de várias temáticas, tais como comunismo, reforma agrária, feminismo etc. A visão exposta no jornal era de responsabilidade da Diocese de Campanha. Nos exemplares, percebe-se a forte influência que a Igreja Católica tentava exercer em seus fiéis, destacando o que era ou não relevante em suas vidas.

**PIO XI, em 1936, apontou os perigos para a família e para a sociedade de um cinema imoral e pediu aos bispos do mundo inteiro que fundassem Centros Nacionais de classificação moral dos filmes, com mandato da Hierarquia (sic) Eclesiástica do país. Em 1957 PIO XII, reiterou o pedido de seu antecessor e insistiu na obrigação dos católicos seguirem esta orientação (LOGGER, 1961, p. 2).**

O jornal trazia diversas reportagens sobre o cinema e sua influência na sociedade, destacando opiniões de padres e monsenhores tanto do Brasil como provenientes de outros países. Por exemplo, em uma das reportagens o título era “Contra filmes imorais”, na qual um arcebispo auxiliar da Filadélfia e presidente do comitê de Bispos Católicos para o cinema, rádio e televisão, formulava acusações a Hollywood. No opinativo, o arcebispo declarava que “algumas de suas obras poderiam conduzir os jovens ao pecado com suas cenas, ao passo que estes ainda não conseguiriam resistir às influências danosas destes como as pessoas adultas e vividas”.<sup>8</sup> Outro opinativo, nessa mesma direção, é do *L'Osservatore Romano*, em Roma,<sup>9</sup> que atacou duramente a produção cinematográfica italiana de 1963, que tratava de filmes mitológicos e pseudo-bíblicos, cuja característica predominante é o gosto pelo macabro e obscuro. Percebe-se, com isso, que a preocupação do jornal com os perigos que essas obras audiovisuais poderiam incutir nos leitores era grande.

A *Voz Diocesana*, em sua primeira edição, ressalta ainda o uso do cinema na educação e cultura da população e suas implicações sobre a moral, em que expressa pode ser prejudicial para os membros

da Igreja, podendo levá-los a outros caminhos que o Clero não quer que percorram. Assim, podemos perceber como a Igreja Católica, com as normatizações impostas pelas representações presentes no periódico (cujos opinativos trazem diversos padres falando sobre os efeitos dos filmes e quem deveria vê-los), traz, desse modo, a censura católica através do discurso moralizante. Como podemos ver no opinativo:

O cinema pode ser um poderoso fator para a educação e cultura do povo. É um livro de imagens, acessível mesmo aos que não sabem ler. Mas pode ser, por essa mesma razão, um terrível fator de desagregação moral e espiritual, como o é o mau livro. Não assista, nem permita que os seus assistam, os filmes que não forem aconselhados pela censura católica (VOZ DIOCESANA, 1947, p. 5).

Observa-se, portanto, que o jornal usa muita cautela ao tratar sobre o tema, conferindo vários atributos de forma a classificar os filmes como imorais ou não imorais no sentido de prejudicar a família, levando muitos ao pecado por desobedecerem a censura católica, por assistirem a filmes promíscuos com alto teor de violência ou que não têm nenhum sentido para serem assistidos, criticando até seus diretores e a baixa qualidade cinematográfica. Utiliza-se, inclusive, o Serviço de Informações Cinematográficas (SIC) para a produção de sinopses de cada filme que eram veiculadas no periódico.

Compreende-se, dessa forma, o papel do jornal *Voz Diocesana* na cidade de Campanha em relação ao cinema e as normatizações que se tentava impor. A Igreja conservava um medo dessas obras, como destaca Marc Ferro: “compreende-se por que as Igrejas ficam atentas, por que os padres de cada credo e os docentes em geral tenham exigências altivas e maníacas diante dessas imagens vivas que eles não apreenderam a analisar, controlar e recuperar em seu discurso” (FERRO, 1992, p. 86).

O jornal, no nível regional, seguia tal concepção e trazia diversas cotações morais sobre os filmes veiculados, partindo da pressuposição do diálogo comum que a população deveria seguir diante das diretrizes do catolicismo da moral cidadã. Estas, entretanto, não criavam novas obrigações morais, mas indicavam o que, segundo a Igreja, era “errado” em certas obras, que deviam ser evitadas pela

“Lei Natural”; além de não só proibir os maus filmes, como também recomendar os bons.<sup>10</sup> Tratava-se de um empenho de consciência pessoal e social, uma vez que certas películas enfraqueciam a moral e a delicadeza, segundo a Igreja.

Pois, a arte cinematográfica, além de seu caráter catequizador, é dotada de uma força sugestiva e hipnotizante singular, que atua como anestésico, prendendo as faculdades sensitivas humanas e penetrando o subconsciente do expectador, que é dominado completamente caso não haja uma reação consciente por parte do intelecto (GUIDO, 1966).<sup>11</sup>

Dessa forma, o jornal tentava esclarecer o porquê do uso das cotações morais. Segue, no quadro abaixo, a relação de 238 filmes analisados em 1967, em que as cotações morais são subdivididas por faixa etária:

**TABELA 1** – Cotações morais dos filmes analisados por faixa etária.  
Fonte: elaboração própria a partir de levantamentos no jornal *Voz Diocesana* em 1967.

Cotação moral	Quantidade	Percentual
Livres a todos	33	14%
10 anos	9	4%
Adolescentes	67	28%
Adultos	69	29%



Cotação moral	Quantidade	Percentual
Adultos com reservas	31	13%
Prejudicial	6	3%
Condenados	2	1%
Sem cotação	21	8%
Total	238	100%

A partir desses dados, dar-se-á o foco às seguintes nomenclaturas: adultos e adultos com reserva são a maioria (com 42% das cotações), prejudicial (3%) e condenados (1%). Essas cotações privilegiam filmes estrangeiros e os critérios para as avaliações são: teor sexual presente nas obras, valor artístico (medíocre, regular, banal), a presença/ausência de violência, a crueldade, detalhes fora dos padrões e condutas religiosas, entre outros.

Nos limitaremos aos filmes apresentados no Cine Municipal de Campanha em 1967. Serão analisados brevemente: *Toda Donzela tem um Pai que é uma Fera*, *O Padre e a Moça* e *Os Vencidos*.

Em se tratando do filme de produção nacional *Toda Donzela tem um Pai que é uma Fera*, de 1965, dirigido por Roberto Farias e contendo no elenco John Hebert, Vera Vianna, Reginaldo Farias, Rozana Tapajós etc., a Igreja faz uma apreciação do nível de comédia apresentado: “os recursos cinematográficos mal usados pela direção e o uso exacerbado das caricaturas dos personagens que chega a ser grosseiro,

colocando em relevo que é uma película para quem tem gostos fáceis”.<sup>12</sup> O filme é considerado uma das primeiras pornochanchadas ou uma pré-pornochanchada, e sua cotação moral é para adultos.

A produção nacional de 1966, inspirada num poema de Carlos Drummond de Andrade, dirigida por Joaquim Pedro de Andrade e contendo no elenco Paulo José, Helena Inês, Mário Lobo, Fauzi Arap etc., *O Padre e a Moça*, é classificada como um drama social pela Igreja. Traz, no enredo, um padre que chega em uma pequena cidade que vive do passado e encontra a enteada do único homem de posses que vive por lá e se apaixona por ela. A apreciação artística da Igreja ressalta os pontos fortes do filme, que são:

o ambiente autêntico e a atmosfera realista; e os pontos fracos são um sacerdote não convencional que se apaixona pela moça e foge de certa forma do caráter sacerdotal e a ausência de aprofundamento psicológico dos personagens. Sua cotação moral é para adultos, com reserva.<sup>13</sup>

O filme brasileiro *Os Vencidos*, de 1965, dirigido por Glauro Couto e interpretado por Jorge Dória, AnnikMalvil, Eliézer Gomes, Breno Mello entre outros, traz, na sua apreciação artística, uma péssima mostra do cinema brasileiro, que “passa uma mensagem pretendida do contexto social e um conjunto medíocre de cenas chamadas sensacionalistas, em que ressalta que o diretor é jovem e sem experiência. Sua cotação moral é prejudicial”.<sup>14</sup>

Algumas colunas tratam da erotização dos filmes e suas influências. H. Didonet (1962), em uma nota para o jornal, trata sobre os realistas e os puritanos:

os primeiros liberais que não estabelecem limites em qualquer campo da vida em sociedade e individual, seja no cinema, nos vícios humanos, dando espaço inclusive às aberrações sexuais; e os puritanos são todos aqueles que se opõem de alguma maneira ao teor sexual e vícios etc.<sup>15</sup>

Segundo o colunista, o governo deveria estabelecer leis de proteção à juventude e ao decoro público. Parece que tal pedido foi ouvido, com a promulgação da Lei nº 5.267, de 17 de abril de 1964, que proibia a exibição de trailers impróprios para crianças em espetáculos onde estas eram permitidas entrar. O texto de H. Didonet utiliza-se, ainda, de estudiosos observadores imparciais e sociólogos menos suspeitos, segundo ele, que acusam o cinema da obsessão do sexo, na tentativa de fundamentar sua visão e defendê-la perante os jovens e as famílias.

Para a Igreja, não é pecado um adulto assistir ocasionalmente a um filme desaconselhável, sendo melhor evitá-lo. Porém, para os adolescentes, assistir a filmes de tal categoria seria um pecado grave. A maior parte desses filmes, segundo a Igreja, não possui conteúdo significativo que contribua para a moralidade de seus membros. Para Guido Irineu (1966), o cinema atua como um anestésico, prendendo as faculdades sensitivas e penetrando o subconsciente do espectador que pode ser dominado caso não tenha uma reação consciente. Além disso, todo aparato por trás dos filmes faz que este instrumento tenha uma penetração psicológica a tal ponto que o espectador adquira costumes sociais, como podemos ver na observação de Guido Irineu, em matéria no jornal *Voz Diocesana*, em 1967: “o cinema constitui uma fonte permanente de repercussões sociais, ocasionando fenômenos como a idealização das estrelas da tela, a nivelção de condutas e costumes públicos e, conforme o caso, também a depravação moral”.<sup>16</sup>

## CONCLUSÕES

Embora ainda haja diversas possibilidades de pesquisa no jornal *Voz Diocesana*, com o levantamento realizado foi possível compreender o papel desempenhado pela Igreja na cidade de Campanha, principalmente na construção das representações políticas e normatizações sociais sobre os filmes, durante os anos de 1960.

Percebe-se, a partir das citações e análises apresentadas no jornal, que a Igreja Católica buscava direcionar os audiovisuais dentro da comunidade, com objetivos religiosos e cristãos, partindo dos

seus discursos moralizantes. Essas obras, em muitos casos, denunciavam a situação do país, o que não era interessante para um governo autoritário, reforçando o teor político e a padronização social das representações do periódico analisado neste capítulo. Entendemos que, provavelmente, muitos assistiam aos filmes mesmo com as cotações morais impressas pela Igreja, mas, como orientação social e política, acreditamos que, ao ocupar-se da regulamentação, a Igreja Católica buscava orientar o pensamento do “bom cristão”, em suas palavras.

Com isso, observa-se que algumas películas consideradas com cotação moral de adultos com reserva, prejudiciais e condenados apresentavam um teor sexual e violento que não condizia com a moral da Igreja. Alguns dos filmes, também, não apresentavam qualidade cinematográfica, segundo algumas sinopses. A preocupação da Igreja Católica, em relação aos filmes exibidos, está vinculada com o que estes podem comunicar, influenciar e colocar em pauta. Disso depreendem-se questões referentes ao momento vivido e ao papel da Igreja, típicos da realidade política e social da década de 1960. Dessa forma, tem-se a importância dos periódicos publicados pelas dioceses para a compreensão da história política do Brasil.

## Referências

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

RIDENTI, Marcelo. "As oposições à ditadura: resistência e integração" *In: A ditadura que mudou o Brasil*. 50 anos do golpe de 1964/ organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta. –1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: s.n, v.15, p. 09-22, 1995.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 283-300.

## Referências documentais

Filme Condenado. Voz Diocesana. Campanha/MG. 28/02/1962.

IRINEU, Guido. Influência do Cinema. Voz Diocesana. Campanha/MG. 20/07/1966. Voz Diocesana, 15/04/2018, Campanha/MG; Cinema: Governo Proíbe Trailers. Voz Diocesana. Campanha/MG. 30/04/1967.

DINODET, H. Obsessionado pelo sexo. Voz Diocesana. Campanha/MG. 10/12/1962.

ENGELKE, Innocencio. Voz Diocesana. Campanha/MG. 25/10/1947.

LOGGER, R. Voz Diocesana. Campanha/MG. 13/10/1961.

Voz Diocesana, 14/04/2018, Campanha/MG.

Voz Diocesana, 15/04/2018, Campanha/MG; Cinema: Cotação Moral. Voz Diocesana. Campanha/MG. 10/02/1963.

Voz Diocesana, 15/04/2018, Campanha/MG; Contra Filmes Imorais. Voz Diocesana. Campanha/MG. 20/05/1964.

Voz Diocesana, 15/04/2018, Campanha/MG.

## Literatura recomendada

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

FERREIRA, Letícia Schneider. O cinema como fonte da história: elementos para discussão. *In: Métis: história e cultura*. v. 8, n. 15, 2009, p. 185-200.

FERREIRA, Marieta Moraes. A nova velha história: O retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

FERRO, Marc. O Filme: Uma contra-análise da sociedade?. *In: LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. História: novos objetos*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

REIS, Daniel Aarão. A gênese da ditadura (1961-1964). *In: Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 17-46.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura ou democracia : a busca de uma identidade. *In: Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 47-73.

REMOND, René. Uma história Presente *In: Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

## Nota de fim

- 1 Doutoranda em História Social pela Faculdade de São Paulo (USP/FFLCH). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Campanha).
- 2 Graduanda do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Campanha).
- 3 Cf. REMOND, René. Uma história Presente *In*: **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003; FERREIRA, Marieta Moraes. A nova velha história: O retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.
- 4 Cf. CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.
- 5 Voz Diocesana, 10 fev. 1971. Campanha/MG.
- 6 Ou Mitra Diocesana, é um organismo administrativo que cada paróquia possui. É composta pelas principais autoridades da diocese.
- 7 Voz Diocesana, 25 out. 1947.
- 8 Voz Diocesana, 20 maio 1964.
- 9 L`Osservatore Romano é o periódico semioficial da Santa Sé. Foi publicado pela primeira vez em 1861.
- 10 Cinema: Cotação Moral. Voz Diocesana. Campanha/MG. 10 fev. 1963.
- 11 Voz Diocesana, 20 jul. 1966.
- 12 Voz Diocesana, 10 jun. 1967.
- 13 Voz Diocesana, 31 mar. 1967.
- 14 Voz Diocesana, 10 nov. 1967.
- 15 DINODET, H. Obsessionado pelo sexo. Voz Diocesana. Campanha/MG. 10 dez. 1962.
- 16 IRINEU, Guido. Influência do Cinema. Voz Diocesana. Campanha/MG. 20 jul. 1966, p. 2.